

## Os Sentidos de Ser, a Relação $\pi\rho\acute{o}s\ \acute{\epsilon}\nu$ e a Estrutura Semântica de Proposições

Uma das maneiras de Aristóteles caracterizar a ciência buscada nos textos da *Metafísica* é designá-la, no início de  $\Gamma$ , como uma ciência que investigaria o ente enquanto ente. Já a partir dessa formulação fica claro que a ciência do ente deve tratar não de um tipo de ente específico. É esse justamente o requisito que vai garantir a universalidade da ciência proposta. E a universalidade é uma das características que deve ter a ciência buscada por Aristóteles nos textos da *Metafísica*. Essa característica é mencionada em A2 quando ele apresenta os critérios que deve preencher o sábio ou a sabedoria (982a6s e 982a21s).<sup>2</sup> Pode-se dizer que, na caracterização de  $\Gamma$ , o que é investigado não é um ente dentre os outros, mas sim o que possibilita que cada um dos entes específicos seja um ente. Em que consiste então o ente enquanto ente?

A primeira observação feita por Aristóteles a esse respeito é a de que o ente se diz de diversas maneiras (1003a33), embora essa diversidade não faça com que as várias coisas a que chamamos ente tenham entre si uma relação meramente equívoca, uma relação meramente arbitrária. Isso significa que, apesar de as várias coisas a que chamamos ente não manterem

1 Departamento de Filosofia da UFRJ. Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga da PUC-Rio.

2 São aí mencionados seis critérios. A ciência buscada (1) deve dizer respeito ao que é mais universal (982a8ss; 982a21ss); (2) mais difícil (982a10ss; 982a23ss); (3) mais preciso (982a12s; 982a25ss); (4) mais ensinável (982a13s; 982a28ss); (5) deve ser buscada em razão do próprio conhecimento (982a14ss; 982a30ss); (6) deve ter um caráter ordenador com relação às demais ciências (982a16ss; 982b3s). Ainda que esses critérios apareçam em A, eles, ou pelo menos alguns deles, parecem concernir não apenas à compreensão da ciência buscada tal como apresentada em A, mas também às apresentações da ciência buscada tais quais aparecem nos outros contextos da *Metafísica*. Isso é claro sobretudo para o critério da universalidade.

entre si uma relação tal que sejam espécies de um mesmo gênero, o ser,<sup>3</sup> este é dito dessas diversas coisas por elas manterem uma outra relação entre si e não meramente devido ao acaso. Essa relação é expressa por Aristóteles na expressão πρὸς ἔν λεγόμενα. Algumas coisas são, assim, chamadas entes, por serem entes no sentido próprio; outras, por terem uma certa relação com esses entes no sentido próprio. A ciência do ente enquanto ente não pode, então, proceder como as demais ciências, analisando um gênero e servindo-se do modelo do chamado silogístico apodítico. Ela deve, sim, esclarecer (a) em que consiste a relação πρὸς ἔν, de tal modo que, a partir dessa análise, se tornará clara a relação de dependência dos outros tipos face aos entes mais eminentes, e (b) em que consistem os entes ditos mais eminentes.

A primeira dessas duas questões é tratada no livro Γ e a segunda, no livro Z da *Metafísica*, de forma que Γ e Z podem ser considerados como formando entre si uma unidade.

O presente texto vai se limitar a um tratamento da primeira questão, i.e., tentarei elucidar em que consiste a relação que as várias coisas ditas ser mantêm entre si. Trata-se, portanto, de uma investigação do que é entendido pela relação πρὸς ἔν. A segunda questão, a questão acerca do ser mais eminente, só será tematizada na medida em que contribui para a primeira.

Aristóteles não nos oferece nenhuma definição explícita do que ele entende pela relação πρὸς ἔν. São mencionados apenas exemplos dessa relação, exemplos sobre coisas que, ainda que de modo diferenciado, são, todas, chamadas de entes por manterem entre si a referida relação πρὸς ἔν. Aristóteles refere-se a vários tipos de relações que coisas chamadas por um mesmo nome mantêm entre si. Encontram-se, assim, além da referência à relação πρὸς ἔν,<sup>4</sup> referências a relações do tipo (a) homonímia;<sup>5</sup> (b) sinonímia;<sup>6</sup> (c) ἀφ' ἐνός;<sup>7</sup>

3 Em B3 Aristóteles mostra que ser não é um gênero (998b22), o que também é afirmado nos *Analytica Posteriora* II, vii, 92b13s. Embora, na passagem dos *Analytica Posteriora*, Aristóteles não justifique sua afirmação de o ser não poder ser considerado como um gênero, na passagem da *Metafísica* encontramos uma explicação: "Pois é necessário que as diferenças de cada gênero tanto sejam quanto sejam uma; mas é impossível que, quer as espécies do gênero, quer o gênero sem suas espécies, sejam predicados das próprias diferenças; de modo que, se o um ou o ente fossem gêneros, nenhuma diferença seria nem um nem ente" (998b22ss).

4 Cf. p. ex., *Metafísica* G2 1005a8ss.

5 Cf. *Categorias* 1a1s.

6 Cf. *Categorias* 1a6s.

7 Cf. *Ética a Nicômaco* I, 6, 1096b27.

(d) por analogia,<sup>8</sup> e (e) devido à série (τῷ ἐφεξῆς).<sup>9</sup> A relação πρὸς ἓν não coincide nem com a relação de sinonímia (i.e. com a relação que coisas de uma mesma espécie ou espécies de um mesmo gênero mantêm entre si) nem com a de homonímia, se esta última é entendida como uma relação meramente accidental entre coisas chamadas por um mesmo nome. Quanto às demais, como não há indicações em seus textos sobre se alguma das outras relações coincide com a relação πρὸς ἓν, não as tematizarei aqui, buscando, antes, a partir de uma análise do critério ou dos critérios de que se serve Aristóteles para enumerar os vários sentidos de ser, elucidar em que consiste a relação πρὸς ἓν.

Ao atentarmos para os vários sentidos em que se pode dizer que algo é, deparamo-nos, de imediato, com um problema. Os textos em que Aristóteles trata dos vários sentidos do ser parecem indicar dois tipos distintos de classificação que se baseiam em fios condutores totalmente diferentes.<sup>10</sup> Mas, se há distintos fios condutores, parece de antemão que a relação πρὸς ἓν ela mesma não terá um sentido unívoco. Abordarei no que se segue os dois tipos de classificação.

## II

Se se toma a passagem Δ 7, passagem em que Aristóteles mais amplamente expõe os vários sentidos do ser, podem-se listar os três seguintes pares de sentidos do ser: (a) ser *per se* (καθ' αὐτό) X ser por acidente (κατὰ συμβεβηκός); (b) ser como verdadeiro (ἀληθές) X não ser como falso (ψευδός); e (c) ser em potência (δυνάμει) X ser em ato (ἐντελεχεία). Dada essa classificação, cabe perguntar o que Aristóteles está tomando como fio condutor para a mesma. É exatamente esse fio condutor que vai permitir que se compreenda o que ele entende por cada um dos pares e em que os pares se distinguem entre si. Além disso, se esses vários senti-

8 Cf. p. ex. *Ética a Nicômaco* I, 6, 1096b29; *Física* VII, 4, 249a25.

9 Cf. *Metafísica* G2 1005a8ss.

10 A tendência em não se distinguirem esses dois tipos de classificações é propiciada pelo próprio Aristóteles, pois em Z1, onde encontramos uma classificação de um tipo, ele remete explicitamente a Δ7, onde encontramos uma classificação de outro tipo, sendo essa referência feita de tal maneira que se é levado a identificar os dois tipos de classificação. A referência aparece na frase: “καθάπερ διειλόμεθα πρότερον ἐν τοῖς περὶ τοῦ ποσαχῶς” (1028a10s).

dos mantêm entre si uma relação πρὸς ἓν, será a partir da análise do critério de distinção que essa relação será elucidada. Antes de levantar a questão sobre o fio condutor, i.e., sobre o critério de classificação, vou mencionar algumas observações feitas por C. Kahn sobre o verbo ser em grego.

A afirmação de que o verbo ser nas línguas indo-européias tem vários sentidos é corrente nas gramáticas. A distinção de sentidos aí traçada é, sobretudo, a distinção entre ser no sentido existencial e ser no sentido da cópula.<sup>11</sup> A tese tradicional é a de que o uso existencial era originário e o uso copulativo, derivado. Haveria, de acordo com essa tese, frases formadas apenas de um termo singular e um adjetivo (o que se pode ver claramente em grego) e, para se poderem significar as noções de tempo que são indicadas pelos verbos e não por substantivos ou adjetivos, se introduziu no referido tipo de frase o verbo ser, usado anteriormente apenas com o sentido existencial. Kahn sustenta exatamente uma posição contrária a tal tese. Ele mostra ser o uso copulativo o mais primitivo.<sup>12</sup> O uso copulativo teria, a seu ver, um aspecto sintático e um semântico.<sup>13</sup> Este último aspecto consistiria em dar “uma expressão formal à pretensão de verdade da frase” (*op. cit.*, 6). Toda asserção consiste em se erguer uma pretensão de verdade com relação ao que é dito. O verbo ser usado como cópula teria por função exatamente o tornar manifesta essa pretensão de verdade. Nesse sentido ele se aplica à frase como um todo, i.e., ele torna manifesta uma função que concerne ao todo da frase e não apenas a seus elementos tomados separadamente.

Esse sentido de indicação da pretensão de verdade pode ser ainda colocado de modo mais evidente ao se antepô-lo a frases. É exatamente isso que Aristóteles chama de ser verdadeiro, como mostra Kahn.<sup>14</sup> Os exemplos dados em Δ 7 do uso veritativo são: ἔστι Σωκράτης οὐ λευκός e

11 Pode-se ainda acrescentar ser no sentido de “ser idêntico a”, onde o verbo ser é um predicado de dois lugares a ser complementado por dois nomes próprios. Esse uso ocorre, p. ex., na frase “A Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã”.

12 Após se referir ao significado semântico da cópula, afirma Kahn: “This is a principal support for my claim that the copula use is fundamental; neither veridical nor existential use can be explained on the basis of the other, but both can be understood on the basis of the copula” (“Retrospect on the Verb ‘to be’ and the Concept of Being”, 6).

13 A distinção entre um aspecto sintático e um semântico sem que o primeiro se funde no segundo, como parece ser a posição de Kahn, parece-me equivocada. Não entrarei no entanto nessa discussão, já que ela é irrelevante para meu objetivo.

14 Cf. *op. cit.*, 6, e *The Verb Be in Ancient Greek*, 331s.

ἔστι ἢ διάμετρος σύμμετρος. Por oposição a esse uso veritativo, Aristóteles fala de um uso do não ser como falso. Não se trata neste último caso de um colocar em evidência uma pretensão de falsidade, mas sim de *afirmar* a falsidade do que é dito. Se é assim, pode-se dizer que, ao tematizar o ser como verdadeiro e o não ser como falso, Aristóteles está atentando para uma modalização que se pode aplicar a frases, uma modalização que consiste na anteposição às mesmas dos termos “é” ou, conforme o caso, “não é”.

O que se pode dizer dos outros sentidos de ser distinguidos por Aristóteles em Δ7? Considerarei, agora, o ser em potência e o ser em ato. O conceito aristotélico de potência aparece em três contextos distintos. (1) Em certas passagens é tratada da potência conectada ao movimento. É assim que em Δ12 os vários sentidos de potência referidos dizem respeito ao movimento. Potência é aí entendida como a capacidade de alteração (μεταβολή) ou de movimento (κίνησις), podendo essa alteração ou movimento se dar de modo ativo ou passivo. Trata-se aí, então, do poder de um ser agir sobre um outro de modo a movê-lo ou alterá-lo ou do poder de um ser em se deixar mover ou alterar. (2) Em outros contextos, como, p. ex., em Θ, potência passa a dizer respeito ao poder de ser algo. Após ter, em Θ 1-5, retomado a potência no sentido que anteriormente mencionei, Aristóteles trata em Θ 6-10 tanto das noções de ato (ἐνέργεια) quanto dos sentidos de potência que não o sentido do movimento.<sup>15</sup> Partindo do fato de que ato pode concernir tanto, por um lado, ao movimento ou à alteração quanto, por outro lado, à substância contraposta à matéria, Aristóteles amplia a noção de potência de modo a que ela se refira não apenas a contextos ligados a movimento e alteração, mas também a contextos que digam respeito ao fato de a um ser pertencer qualquer categoria, seja a substância sejam as demais outras. Pode-se dizer, assim, que a uma certa matéria convém em potência uma certa substância como também que a uma certa substância convém em potência um certo atributo. Esse sentido de potência é chamado de possibilidade ontológica pela literatura secundária.<sup>16</sup> (3) Um terceiro contexto de uso aparece ligado à possibilidade

15 Aristóteles anuncia outros sentidos já em Θ1: “pois a potência e o ato (ἐνέργεια) se aplicam a coisas mais numerosas (ἐπὶ πλείον) do que as ditas apenas segundo o movimento” (1046a1s).

16 Cf. p. ex. J. Stallmach, *Dynamis und Energeia — Untersuchungen am Werk des Aristoteles zur Problemgeschichte von Möglichkeit und Wirklichkeit*, 28ss.; U. Wolf: *Möglichkeit und Notwendigkeit bei Aristoteles und heute*, 35ss.

entendida como modalidade. Supondo-se que as proposições são usadas para dizer algo da realidade, pode-se entender modalidade exatamente como o tipo de relação que pensamos haver entre o que se diz e o algo não linguístico. Pode-se considerar que o que é dito é algo meramente possível, é algo de fato real, é algo que parece real ao falante, *etc.*. As marcas linguísticas usadas para indicar esses tipos de relação chamam-se operadores modais.<sup>17</sup> Os operadores modais podem ser usados tanto ao se relativizar o que é dito com relação à posição do sujeito quanto ao se variar a pretensão de verdade, fortalecendo-a ou atenuando-a, sem que essa variação respeite à posição do sujeito. Com sentido modal, a expressão *δυνατόν* é usada por Aristóteles para indicar uma variação deste segundo tipo.<sup>18</sup> No *De Interpretatione* XII e XIII deparamo-nos com esse sentido modal: "(...) Deve-se investigar como se comportam entre si as negações (*ἀποφάσεις*) ou afirmações (*καταφάσεις*) as quais concernem ao ser possível (*τὸ δυνατόν εἶναι*) e não possível (*μὴ δυνατόν*) e contingente (*ἐνδεχόμενον*) e não contingente (*μὴ ἐνδεχόμενον*), e acerca do impossível (*περὶ τοῦ ἀδυνάτου*) e do necessário (*ἀναγκαίου*)" (21a34ss). Os termos 'possível', 'não possível', 'contingente', 'não contingente', 'impossível' e 'necessário' referem-se nesse contexto claramente a proposições, dizendo então respeito ao uso modal.<sup>19</sup>

17 A língua grega dispõe de várias possibilidades para exprimir a modalização de proposições. Como mostra U. Wolf, *op. cit.* 77, há na linguagem ordinária várias expressões como *ἀνάγκη* (usado com ou sem *ἐστί*) (+ infinitivo) ("é necessário"), *ἐνδέχεται* (+ infinitivo) ("é possível"), *ἀδύνατόν ἐστι* ou *ἀδύνατά ἐστι* (+ infinitivo) ("é impossível"), além de modalizações devidas à própria forma gramatical das frases, como o potencial. "As expressões modais proposicionais ocorrem em Platão, p. ex., em grand número. (...) O interlocutor caracteriza o que foi dito pelo outro p. ex. como *ἀληθῆ*, verdadeiro, (*Theait.* 144e, 154d), ou ele diz: *ἐστί ταῦτα* (149d) ou simplesmente *ἔστιν* (152b), i.e., 'assim é' -um 'é' veritativo-, além disso *φαίνεται* (150a) ou *εἰκεν* (152b) ou *κινδυνεύει* (164b) (em cada um desses casos: 'parece'), ou ele se refere ao que foi dito dizendo *ἀνάγκη* (159a, 189a), *ἀδύνατον* (165b, 186c), *ἀπίστων* (improvável, pouco crível; 170c), *ἄτοπον* (estranho; 198e), *ἄλογον* (pouco razoável; 199a)" (*op. cit.*, *ibid.*).

18 É pelo fato de *δυνατόν* ter esse sentido de modalização que não concerne à maneira como um falante específico se posiciona diante do que é dito que não o encontramos na listagem de expressões modais, mencionada na nota anterior, feita por U. Wolf com base nas respostas de Teeteto no diálogo de mesmo nome. Com relação às expressões aí presentes, diz U. Wolf: "como se trata aqui de expressões modais de caráter mais 'subjetivo', a expressão *δυνατόν* não tem aí nenhum uso; a possibilidade é, antes, expressa por *εἰκόσ* (provável), *φαίνεται* (parece), dentre outras" (*op. cit.*, 78).

19 O mesmo uso modal aparece também em outros contextos, como nos *Analytica Priora* I, 3, 25a39. Além disso, modalidade também é tratada, com respeito a proposições, em *An. Pr.* I, 13 e, com respeito aos silogismos em *An. Pr.* I, 8-22.

Cabe agora perguntar como se deve entender o ser como potência tal como essa expressão ocorre nos textos em que Aristóteles está distinguindo os vários sentidos de ser, como é o caso de  $\Delta 7$ . O termo “potência” aí presente parece estar usado no segundo sentido destacado acima, *i.e.*, parece tratar-se aí da chamada potencialidade ontológica. Isso fica de início claro pelo próprio fato de se estarem distinguindo sentidos de ser. O que significa, no entanto, esse sentido ontológico de ser? Aristóteles em  $\Theta 1$  diz que o sentido de potência que acima chamei (1) é o mais fundamental.<sup>20</sup> O sentido ontológico (2) aparece como derivado e só será tratado mais tarde, a partir de  $\Theta 6$ . Ao se dizer que algo tem a potência no sentido de princípio do movimento, *i.e.*, no sentido (1), quer-se dizer que esse algo é capaz de mover. “x pode mover y” significa nesse caso que “x é capaz de mover y”. A potência aí se refere ao objeto x. Do mesmo modo, quando potência diz respeito à capacidade de ser movido, de sofrer algo, teríamos a vercu uma potência que diz respeito a um objeto. A questão fica menos clara quando se passa ao sentido (2) de potência. Aristóteles parece aí também aplicar potência a objetos. Três tipos de exemplos de seres que são ditos tanto em ato como em potência são mencionados: (a) Hermes como estando em potência na madeira (1048a32s); (b) o infinito, o vazio, e todas as coisas desse tipo (1048b9); e (c) o que vê, o que anda e o que é visto (1048b11s). Os exemplos que aparecem em  $\Delta 7$  são do tipo (a) e (c). Deixarei, então, os exemplos de tipo (b) fora de consideração, concentrando-me nos exemplos de tipo (a) e (c). Poder-se-ia, a princípio, dizer que potência no sentido (2) também se refere a uma capacidade de um objeto. Assim, pode-se dizer que a madeira tem a capacidade de se deixar esculpir de modo a representar a imagem de Hermes ou que uma linha se deixa dividir ao infinito ou que uma pessoa tem a capacidade de ver. Como em (1), potência seria aqui a capacidade de um objeto de sofrer ou realizar certas ações. É sobretudo no contexto do significado (2), contudo, que Aristóteles compreende potência por oposição a ato. Poder-se-ia formular a distinção entre ato e potência, mantendo-se a referência à capacidade que certos objetos possuem, da seguinte maneira: “x é capaz de realizar ou, conforme o caso, sofrer a ação y e x está realizando ou, conforme o

20 Em 1045b34ss Aristóteles anuncia que tratará “acerca da potência e do ato ( $\acute{\epsilon}\nu\tau\epsilon\lambda\epsilon\chi\epsilon\acute{\iota}\alpha\varsigma$ ), e, em primeiro lugar, acerca da potência que é dita a mais importante ( $\mu\acute{\alpha}\lambda\iota\sigma\tau\alpha\ \kappa\upsilon\rho\acute{\iota}\omega\varsigma$ )”. E essa potência mais importante será logo abaixo caracterizada como “princípio de alteração em outro ou <no mesmo> como sendo outro” (1046a11)

caso, sofrendo a ação *y*” para designar o ato e “*x* é capaz de realizar ou, conforme o caso, sofrer a ação *y* e *x* não está realizando ou, conforme o caso, sofrendo a ação *y*” para designar a potência. Tome-se o exemplo do ver. Pode-se dizer: “*x* tem a capacidade de ver e *x* está vendo” para designar o ato e “*x* tem a capacidade de ver e *x* não está vendo” para designar a potência. Ora, se a noção de ato deve ser entendida como oposta à noção de potência, o que se observa a partir dessas formulações e desses exemplos é que não é pelo fato de se atribuir uma capacidade a um objeto que se está distinguindo o ato da potência, pois a capacidade é atribuída ao objeto em um e outro caso. A distinção está, antes, no fato de se dizer, num caso, que em um determinado momento a um objeto se aplica um determinado atributo e, no outro caso, que a um objeto não se aplica em um certo momento um determinado atributo, embora em outros momentos tal atributo possa se aplicar ao mesmo objeto. A distinção diz respeito à relação de um objeto com o atributo que a ele se aplica. Mas, se é assim, não é a um objeto que se refere a distinção entre ato e potência presente em  $\Delta 7$ . Trata-se de uma distinção que incide, antes, sobre a relação entre um sujeito e seu atributo, i.e. de uma distinção que incide sobre o todo da proposição. Aplicar ato e potência a proposições significa, portanto, considerar essas noções como operadores proposicionais. Ao se dizer de Pedro que ele é sábio, pode-se compreender esse “é” como “é em ato” ou, conforme o caso, como “é em potência”. O “é”, contudo, não se aplica apenas a um dos elementos da proposição, i. e. não se aplica a Pedro ou apenas a sábio, mas sim ao todo da proposição, à relação entre os termos.<sup>21</sup>

Desse modo, pelo que até agora foi visto, tanto os sentidos de ser como verdadeiro e não ser como falso quanto os sentidos de ser em ato e ser em potência são sentidos resultantes de uma distinção semântica do “é” quando este se aplica não a objetos, mas a proposições. Trata-se de operadores proposicionais do “é”. Cabe agora considerar o terceiro par de sentidos considerados em  $\Delta 7$ : O ser por acidente (*κατὰ συμβεβηκός*) e o ser *per se* (*καθ’ αὐτό*).

Aristóteles elucida o ser *κατὰ συμβεβηκός* com base em exemplos.

21 Não se pode, contudo, assimilar esse sentido em que “em potência” se opõe a “em ato” ao que chamei acima de sentido modal caracterizado por (3). Em (3), a modalização em questão concerne à possibilidade que se contrapõe não ao ato, mas à realidade, à necessidade, à impossibilidade.



Dentre os exemplos dados estão: “o justo é músico” ou “o homem é músico” ou “o músico é homem”. O ser por acidente, nesses exemplos, não se refere a um ou a outro dos elementos que ele conecta, mas à junção dos dois elementos. Não é apenas músico que é dito ser por acidente, nem apenas justo, nem apenas homem, mas sim a conexão entre esses elementos. Não é pelo fato de o ser se ligar a um termo que se refira a algo que está em uma e não em outra categoria (i.e. não é, p. ex., pelo fato de ele se referir a algo que está na categoria da qualidade e não na categoria da relação) que ele é dito ser por acidente, mas sim pela conexão dos dois elementos ser uma conexão de elementos que se encontram em categorias distintas. Isso ficará claro quando se abordar logo a seguir o ser *per se*.

“Ser *per se* se diz de todas as coisas que significam os esquemas da categoria”, assim começa a elucidação do ser *per se* na passagem em questão. Em seguida, é elucidado que o ser significa de tantos modos quantas são as categorias, sendo, como exemplos, enumeradas algumas das categorias. O que significa no entanto que o ser *per se* é dito segundo o esquema das categorias? Ross aponta de início para o fato de tanto o ser por acidente quanto o ser *per se* se referirem à conexão.<sup>22</sup> A conexão em questão no caso do ser *per se* consiste em uma conexão necessária e não em uma conexão accidental, meramente temporal. Uma conexão necessária pode ser, por sua vez, de quatro tipos: “aquelas em que é predicada de um sujeito sua definição, seu gênero, sua diferença específica, ou seu próprio” (*op. cit.*, 306). Não são contudo todos esses quatro tipos de conexão que Aristóteles tem em vista ao falar do ser *per se*. O tipo de conexão em questão deve ter diferentes sentidos de acordo com o esquema das categorias. E isso Ross interpreta como se os dois membros do enunciado, o sujeito e o predicado, tivessem que estar na mesma categoria. E “onde o predicado é um próprio do sujeito, sujeito e predicado podem estar em categorias diferentes, de tal modo que não são proposições desse tipo que Aristóteles tem em vista. Também onde o predicado é uma diferença específica eles podem estar em diferentes categorias —a diferença específica de uma substância é, por exemplo, uma qualidade” (306s). Aristóteles teria em mente, ao tematizar o ser *per se* na passagem em questão, apenas enunciados em que o predicado exprimisse o gênero do sujeito. “As únicas proposições em

22 Cf. *Aristotle's Metaphysics — A Revised Text with Introduction and Commentary*, vol. 1, 306: “He [sc. Aristotle] now proceeds to τὸ ὄν τὸ καθ’ αὐτό, which must, if the opposition is to be a proper one, mean the being which is a necessary connexion. This sense of being, like ‘accidental being’, will be capable of being illustrated by propositions”.

que pela natureza do caso sujeito e predicado têm de estar de modo não ambíguo na mesma categoria são aquelas em que o predicado é o gênero do sujeito” (307). Exemplos de tais proposições seriam “Homem é um animal”, “Branco é uma cor”.<sup>23</sup> Tomando por base a interpretação de Ross, pode-se, mais uma vez, ver que o ser que Aristóteles tem em vista ao distinguir entre ser por acidente e ser *per se* diz respeito ao todo da proposição e não apenas a um de seus elementos. Quando asserimos algo de algo, podemos fazê-lo ou bem dando a entender que essa asserção é acidental ou que ela é *per se*. Nesse sentido pode-se, outra vez, dizer que a distinção em questão é uma distinção pela qual aquilo que é distinguido atinge, como na modalização, a proposição no seu todo. Trata-se de uma distinção de tipos de proposição.

Antes de, a partir do que foi dito sobre  $\Delta 7$ , tirar as conclusões sobre o fio condutor de que se serve Aristóteles para distinguir os vários sentidos de ser, mencionarei um problema presente no próprio texto de Aristóteles quando ele diz que o ser *per se* se subdivide de acordo com o esquema das categorias. Em seu comentário sobre a silogística de Aristóteles, H. Maier observa, sobre a passagem  $\Delta 7$ , que a distinção de acordo com o esquema das categorias também se aplica ao ser por acidente.<sup>24</sup> Ao se predicar do preto que ele é uma cor teríamos uma relação *per se*; ao se predicar do preto que ele é fosco, ainda que tanto preto quanto fosco estejam no mes-

23 A explicação de Ross enfrenta uma dificuldade diante dos exemplos que Aristóteles fornece logo após ter tratado do ser *per se*. Tendo elucidado que o ser *per se* corresponde a cada uma das categorias, deparamo-nos com a seguinte frase “οὐθὲν γὰρ διαφέρει τὸ ἀνθρώπος ὑγιαίνων ἐστὶν ἢ τὸ ἀνθρώπος ὑγιαίνει, οὐδὲ τὸ ἀνθρώπος βαδίζων ἐστὶν ἢ τέμνων τοῦ ἀνθρώπος βαδίζει ἢ τέμνει, ὁμοίως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων” (1017a27ss). Ross observa que “Aristotle makes his meaning unnecessarily obscure by citing (1017a27-30) propositions which do not assert essential being at all. (...) But these propositions serve as well as essential propositions would to illustrate the point he is at the moment making — that ‘is’ takes its colour from the terms it connects” (*op. cit.*, 307). Apesar dessa dificuldade, reconhecida pelo próprio Ross, as outras tentativas de se interpretar o ser *per se* no contexto de  $\Delta 7$  enfrentam problemas ainda mais insuperáveis do que os da interpretação de Ross. Sobre uma discussão das interpretações oferecidas por Ross, J. W. Thorp, C. Kahn e C. Kirwan, cf. o artigo de E. Tugendhat “Über den Sinn der vierfachen Untersuchung des Seins bei Aristoteles (Metaphysik  $\Delta 7$ )”. Tugendhat tenta oferecer aí uma leitura própria que, por sua vez, não está isenta de dificuldades. O próprio Tugendhat aponta para as dificuldades de sua interpretação (53s), que, diga-se de passagem, parece-me deixar mais a desejar do que a de Ross.

24 Cf. *Die Syllogistik des Aristoteles*, II/2, 328: “Darnach könnte es scheinen, als ob nur auf die Prädikate καθ’ αὐτὰ die kategoriale Gliederung Anwendung fände. Allein so gewiss dieselbe auch zu den beiden übrigen in unserem Kapitel aufgeführten Seinsunterschieden in Beziehung tritt, d. h. auch auf das Wahrein (...) und auf das δυνατόν ὄν (...) anwendbar ist, so gewiss lässt sich auch das κατὰ συμβεηκὸς ὄν kategorial gliedern”.

mo tipo de categoria (i.e. na qualidade), teríamos uma relação por acidente, pois fosco não fornece o gênero de preto. Limito-me a indicar aqui esse problema, não o tematizando, já que não concerne à questão de que venho tratando.

Do que até aqui foi dito, podem-se extrair as seguintes conclusões. (a) A partir do que foi mostrado com base nas teses de C. Kahn, pode-se dizer que o “é” copulativo serve para tornar explícita a pretensão de verdade presente em toda asserção. Essa pretensão existe na asserção quer o “é” esteja ou não presente.<sup>25</sup> O “é” torna apenas manifesta a função assertiva do que se diz, uma função que se realizaria mesmo sem esse uso do “é”. Esse “é”, quando aparece, se refere, nuão, à asserção no seu todo, ao todo dos elementos conectados. (b) As distinções traçadas por Aristóteles em Δ7 dizem respeito a esse “é” que incide sobre o todo da proposição, ou melhor dizem respeito à relação entre os elementos da proposição, considerando um elemento em relação ao outro e não isoladamente. (c) Os seis sentidos distinguidos e organizados de acordo com três pares funcionam de tal maneira que numa dada proposição aparecem três dos sentidos, um de cada par, não podendo no entanto ocorrer numa dada proposição dois sentidos ligados ao mesmo par, já que os dois elementos de um mesmo par se excluem. (d) Como o fato de o “é” estar ou não presente numa proposição não impedirá que essa proposição realize sua função, as distinções de sentido traçadas por Aristóteles se farão presentes mesmo naquelas asserções em que o “é” não esteja presente,<sup>26</sup> o que faz com que essas distinções sejam distinções de sentido ligadas antes aos vários tipos de função

25 Frases ditas nominais do tipo “παρθένος καλή καλόν” (“Belo é uma bela jovem”) (*Hippias Maior*, 287e4s) ou “Σωκράτης μουσικός”, onde o verbo “é” não aparece, erguem, se usadas como asserções, igualmente uma pretensão de verdade. Do mesmo modo frases do tipo “άνθρωπος βαδίζει” erguem uma pretensão de verdade. Em um e outro caso pode-se tornar o “é” explícito. No que concerne ao segundo caso, o próprio Aristóteles mostra que “άνθρωπος βαδίζει” corresponde a “άνθρωπος βαδίζων έστιν” (1017a29s). (Deve-se, no entanto, observar que em grego da época clássica havia uma distinção de sentido entre “άνθρωπος βαδίζει” e “άνθρωπος βαδίζων έστιν”, pois o segundo tipo de construção enfatizaria a noção expressa pelo verbo, tornando-a mais autônoma e mais expressiva (cf. R. Kühner, *Ausführliche Grammatik der griechischen Sprache*, II/1, 38s, nota 3).

26 Isso não é válido sem mais para o ser como veritativo e o não ser como falso, pois eles servem não apenas para indicar que é o caso ou não é o caso que *p*, mas para *colocar em evidência* a asserção de que é o caso que *p* ou a asserção de que não é o caso que *p*. É verdade que essa ênfase parece exigir que se usem as expressões “έστι” ou “ούκ έστι” antepostas às proposições; no entanto, para que se dê a entender que algo é o caso ou que algo não é o caso, não é preciso que se apliquem esses dois operadores.

proposicional e só indiretamente ao “é”. Digo “indiretamente” porque o “é” serve, como se mostrou, como um elemento que torna explícita a função assertiva, um elemento que, no entanto, não é essencial para que essa função se realize. Mas isso significa que o fio condutor de que se serviu Aristóteles em  $\Delta 7$  é a pergunta: quando se diz algo de algo, de que maneiras posso conectar esses dois algos? i.e. o que é dado a entender em uma asserção além do significado meramente contedístico de seus termos sujeito e predicado? É com base nesse tipo de pergunta que Aristóteles distinguiu os vários sentidos de ser em  $\Delta 7$ .

Poder-se-ia conceder que a distinção de sentidos de ser presente em  $\Delta 7$  de fato concerne a nossa compreensão proposicional no seu todo, i.e., concerne a nosso dar algo a entender ou compreender algo por meio de proposições. Poder-se-ia contudo objetar que as distinções presentes em  $\Delta 7$  em nada contribuem para uma elucidação da relação  $\pi\rho\acute{o}s\ \acute{\epsilon}\nu$ , já que é com relação a um outro tipo de classificação de entes que Aristóteles se refere a essa relação, classificação esta presente em  $\Gamma 2$ , onde a expressão  $\pi\rho\acute{o}s\ \acute{\epsilon}\nu$  aparece explicitamente, e retomada em  $Z 1$ . E, continuaria a objeção, no caso desse tipo de classificação o “é” possui, de fato, um papel. Passarei então a considerar a classificação de  $\Gamma 2$  ou  $Z 1$ .

### III

Em  $Z 1$ , ao afirmar mais uma vez que o ser se diz de diversas maneiras e ao exemplificar essas maneiras, Aristóteles traça uma distinção entre, por um lado, a primeira categoria e, por outro, as demais outras: “(...) significa por um lado ( $\tau\acute{o}\ \mu\acute{\epsilon}\nu$ )  $\tau\acute{\iota}\ \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$  e  $\tau\acute{o}\delta\epsilon\ \tau\iota$ , por outro ( $\tau\acute{o}\ \delta\acute{\epsilon}$ ) qual ou quanto ou cada uma das outras coisas que são predicadas desse modo” (1028a11s). A distinção aqui, ao contrário da distinção em  $\Delta 7$ , concerne não aos três pares de alternativas que incidem sobre proposições. A distinção em  $Z 1$  diz respeito, antes, como será visto, a uma classificação dos tipos de seres que se mostram relacionados na proposição.

Continuando a elucidar os vários sentidos de ser indicados em  $Z 1$ , Aristóteles caracteriza o primeiro tipo como sendo o mais fundamental e mais legitimamente chamado de ser e o segundo tipo como secundário, sendo dito ser apenas por manter um certo tipo de relação com o primeiro. Para elucidar o que Aristóteles tem em vista com isso, deve-se responder às duas seguintes questões já mencionadas acima: (a) de que modo se

pode dizer que o primeiro sentido é mais fundamental que os demais? e (b) qual a relação de dependência que as coisas ditas ser de acordo com o segundo sentido mantêm com as coisas ditas ser de acordo com o primeiro de forma que, devido ao fato de manterem esse tipo de relação, também são chamadas seres? Ao se colocarem essas questões está-se perguntando pelos critérios que nos permitem dizer que algo é, seja no sentido mais fundamental seja no sentido secundário, e pelas relações que esses critérios mantêm entre si. A pergunta pelos critérios segundo os quais dizemos que algo é no sentido mais fundamental equivale à pergunta pelos critérios que seguimos para dizer que algo é uma οὐσία<sup>27</sup>; a pergunta pelos critérios para que algo seja chamado ser ainda que não no sentido mais fundamental e a pergunta pela relação entre o sentido mais fundamental e o secundário coincidem, já que é porque algo mantém um certo tipo de relação com um ser no sentido mais eminente que ele pode ser também chamado ser, e essa pergunta pela relação equivale à pergunta pelo πρὸς ἔν. Com respeito à questão da οὐσία, vou limitar-me a fornecer apenas algumas indicações que sejam necessárias para a elucidação da questão do πρὸς ἔν, já que o objetivo do presente texto é não uma elucidação da noção de substância, mas uma elucidação da relação πρὸς ἔν.

Aristóteles fornece em Z 3 dois critérios segundo os quais algo poderia ser considerado uma substância. Em primeiro lugar, deve-se tratar de algo de que se predica, embora ele mesmo não seja predicado de nada;<sup>28</sup> em segundo, deve ser algo separado (χωριστόν), deve ser um τόδε τι.<sup>29</sup> O critério que inicialmente é mencionado no texto de Aristóteles é o da predicação. É só pelo fato de, de acordo com o primeiro critério, chegar-se à conclusão de que matéria seria οὐσία que ele é levado a introduzir o segundo critério. Elucidarei melhor no que se segue o primeiro critério.

Uma elucidação desse critério equivale a uma elucidação da noção de predicação tal como compreendida por Aristóteles. Uma referência à noção de predicação já pode ser vista no texto das *Categorias*. Começarei referindo-me a este texto, pois, por ser mais claro do que o texto da *Metafísica*, ele se faz mais apto a uma primeira abordagem da noção de predicação em Aristóteles. Em seguida, já tendo obtido uma elucidação da

27 "φανερὸν ὅτι τούτων πρῶτον ἂν τὸ τί ἐστίν, ὅπερ σημαίνει τὴν οὐσίαν" (1028a14s).

28 Cf. 1029a8s.

29 Cf. 1029a27s.

noção de predicação nas *Categorias*, mostrarei o que se pode dizer sobre essa noção na *Metafísica*. Encontra-se nas *Categorias*, no capítulo II, uma distinção entre quatro tipos de seres.<sup>30</sup> Um primeiro tipo se caracteriza pelo fato de serem ditos de (λέγεσθαι κατά) um ὑποκείμενον, mas não estarem em (εἶναι ἐν) um ὑποκείμενον (p. ex., homem); um segundo, pelo fato de estarem em um ὑποκείμενον, embora não sejam ditos de um ὑποκείμενον (p. ex. um certo branco); um terceiro, pelo fato de tanto serem ditos de quanto estarem em um ὑποκείμενον (p. ex. ciência); e um quarto, pelo fato de nem serem ditos de, nem estarem em um ὑποκείμενον (p. ex., um certo homem). O que se pode dizer, a partir dessa classificação, sobre a noção de predicação em Aristóteles? Em primeiro lugar, se tomamos como essencial à noção de predicação o dizer-se algo de algo, parece só haver, no texto das *Categorias*, lugar para que se predique o que Aristóteles aí chamará de substância segunda do que ele chama de ὑποκείμενον. O termo ὑποκείμενον parece ser aí usado em um dos três sentidos discriminados no capítulo 3 do livro Z da *Metafísica*.<sup>31</sup> Parece designar a substância primeira ou o composto. Quando se trata de, de um homem determinado, dizer homem, está-se predicando uma substância segunda de uma substância primeira. Em segundo lugar, a relação *ser dito de*, do mesmo modo que a relação *estar em*, parece designar não apenas uma relação linguística, mas sobretudo uma relação entre seres. Daí Aristóteles designar o grupo a partir do qual são distinguidos os quatro tipos acima mencionados pelo genitivo partitivo τῶν ὄντων. Sendo assim, a relação de predicação designa tanto uma relação linguística quanto uma relação metafísica entre seres. O tipo de relação de que se trata aí fica claro se se considera uma outra passagem das *Categorias*, a saber: o capítulo V.<sup>32</sup> Aristóteles aí elucida que οὐσία no sentido primeiro é o que nem é dito nem está em um ὑποκείμενον e que οὐσία no sentido segundo<sup>33</sup> é aquilo que é dito de uma οὐσία no sentido primeiro. Já pelo uso dos termos “primeiro” e “segundo” pode-se ver que a relação A λέγεσθαι κατά B indica uma relação de dependência de um elemento com relação ao outro. Como o termo οὐσία é um substantivo derivado do particípio do verbo εἶναι,

30 *Categorias* II, 1a20ss.

31 1029a2ss.

32 2a11ss.

33 A expressão οὐσία δευτέρα, embora seja utilizada no texto das *Categorias*, não aparece no texto da *Metafísica*.

pode-se dizer que essa relação de dependência indica que algo é devido a outro algo. Chamarei esse tipo de relação de dependência ontológica. Deve-se no entanto estar ciente de que o significado de “é” nesta minha última frase ainda não está de todo claro. Resumindo, pode-se dizer que o texto das *Categorias* serve para indicar que (1) há uma relação de predicação das chamadas ούσίαι δεύτεραι para com as ούσίαι πρώται; (2) essa relação é uma relação não apenas entre termos linguísticos, mas, antes, entre coisas designadas por esses termos; (3) essa relação designa uma relação de dependência de umas coisas com relação a outras; (4) essa dependência é uma dependência ontológica tal como caracterizei acima. Apesar de todas essas indicações, (5) não está no entanto claro em que consiste uma relação de dependência ontológica.

Se um dos critérios mencionados na *Metafísica* para a caracterização da ούσία se baseia na predicação, se esse critério manifesta uma relação de dependência de certas outras coisas que são com respeito à ούσία e se essa relação de dependência consiste numa dependência das coisas com respeito ao fato de elas *serem*, então é de se esperar que uma elucidação da predicação venha esclarecer não apenas a noção de ούσία, mas também a relação πρὸς ἔν.

Antecipo aqui uma dupla crítica a esse procedimento. Em primeiro lugar, poder-se-ia argumentar, não parece ser lícito partir do tipo de predicação presente nas *Categorias* para, a partir daí, se compreender o tipo de predicação presente na *Metafísica*, já que neste último texto há uma alteração concernente ao que pode ser predicado do quê. Em segundo lugar, poder-se-ia também alegar que, no caso da *Metafísica*, há, além do critério da predicação, um outro critério, o da separação, não sendo portanto suficiente que eu me paute apenas pela predicação para elucidar seja a ούσία seja a relação πρὸς ἔν. Ambas as críticas são num primeiro momento legítimas. A primeira será considerada logo a seguir quando atentarei para a referida alteração, perguntando que tipos de predicação existem no texto da *Metafísica*. A segunda crítica será por sua vez atingida quando mostrar como o segundo critério consiste meramente em uma restrição do primeiro.

Aristóteles, no texto da *Metafísica*, se refere a dois tipos de predicação. A referência a esses dois tipos fica clara em uma frase de Z 3. A frase aparece no final do tratamento de Aristóteles do primeiro critério para que algo seja considerado ούσία. Diz a frase: “τὰ μὲν γὰρ ἄλλα τῆς ούσίας κατηγορεῖται, αὕτη δὲ τῆς ὕλης” (1029a23s). Nessa frase são indicados dois tipos de predicação. Um primeiro tipo consiste em predicar as outras

coisas (ἄλλα) da οὐσία. O que significa ἄλλα nessa frase fica claro pela frase anterior e pelo restante da frase citada. Trata-se das categorias outras que a οὐσία. No segundo caso, tem-se um predicar a οὐσία da matéria. Para que se compreenda melhor cada um desses dois tipos de predicacão, é preciso esclarecer o que significa οὐσία em uma e outra ocorrência. É um ponto indiscutível nas interpretações dessa passagem que o termo οὐσία no segundo membro da frase se refira à forma; além disso, o termo αὕτη não parece designar οὐσία no mesmo sentido em que Aristóteles usa este último termo no primeiro membro da frase.<sup>34</sup> O segundo tipo de predicacão se refere a um predicar a forma da matéria e o primeiro a um predicar as categorias que não a οὐσία do composto. Podem-se exemplificar esses dois tipos de predicacão da seguinte maneira: (1) “esta mesa é marrom” onde uma categoria que não a οὐσία é predicada do composto; e (2) “isto é uma mesa” onde uma forma é predicada da matéria. Se a relação de predicacão designa, como se indicou acima, uma relação de dependência ontológica e se aquilo de que se predica é independente daquilo que se predica, então pode-se entender por que Aristóteles tem necessidade de introduzir um segundo critério que não meramente o da predicacão. Ele mesmo deixa isso claro no texto. De acordo com o critério da predicacão a matéria seria no sentido primeiro, seria ontologicamente independente. Mas isso não é possível, já que o que é indeterminado não pode ser. Daí a necessidade de se restringir o primeiro critério deixando-o válido apenas para o caso em que aquilo de que se predica não é uma mera matéria, mas sim uma matéria a que se aplicou uma forma. É isso que é exigido ao se dizer que a οὐσία deve ser separada, deve ser um τόδε τι. Sendo assim, o critério da predicacão continua a ser válido só que com a ressalva de que, no caso de se predicar da matéria, esta não pode ser considerada como οὐσία. Já que as categorias outras que a forma não podem ser predicadas da matéria, pode-se dizer que οὐσία é aquilo de que essas categorias são predicadas.

Do que até aqui foi dito obtém-se uma elucidação de οὐσία que, ainda

34 Cf. sobre isso J. Brunschwig, “La Forme, Prédicat de la Matière”: A frase em questão “a été l’objet, comme son contexte, de bien des interprétations différentes; en particulier, on a résolu très diversement la question de savoir si le mot de substance devait y être compris dans le même sens en chacune de ses deux occurrences (...). Mais personne, en tout cas, ne paraît avoir hésité à voir dans αὕτη = ἡ οὐσία, qui figure dans le second membre de la phrase, la substance comme forme” (132).



que superficial, é suficiente para a elucidação do  $\pi\rho\acute{o}s \ \acute{\epsilon}\nu$ . O critério da predicação e a relação de predicação servem para mostrar tanto o que se deve entender como οὐσία quanto o que se deve entender como os entes dependentes da οὐσία bem como para indicar a relação que existe entre esses dois tipos de entes, portanto a relação  $\pi\rho\acute{o}s \ \acute{\epsilon}\nu$ .

Nas passagens Z1 e Γ2, a relação  $\pi\rho\acute{o}s \ \acute{\epsilon}\nu$  concerne exatamente a uma relação entre o que se diz de algo e esse algo de que se diz. Mas, assim como na passagem de Δ7 a distinção era antes uma distinção entre três tipos de pares pelos quais as proposições, e isso significa pelos quais nossa compreensão de proposições, podem ser classificadas, o que se tem, agora, é uma distinção entre dois tipos de funções diferentes e complementares de elementos que compõem as proposições. Quero dizer que, do mesmo modo que em Δ7, tampouco aqui é necessário que se tenha o uso do termo “é” para que se proceda a uma tal distinção. Há proposições do tipo “Σωκράτης λευκός”, onde, embora não apareça nem o “é” nem nenhum outro verbo, se pode claramente distinguir entre o que se predica, o que Aristóteles chama de ὑπάρχων, e aquilo de que se predica, o que Aristóteles chama de ὑποκείμενον. Por outro lado, há proposições do tipo “Σωκράτης βαδίζει”, onde, embora não haja o verbo ser presente, se pode do mesmo modo distinguir entre um ὑπάρχων e um ὑποκείμενον. Aristóteles, ao se referir à relação  $\pi\rho\acute{o}s \ \acute{\epsilon}\nu$  está se referindo ao tipo de relação funcional que os elementos de uma proposição mantêm entre si. É verdade que a toda proposição se pode acrescentar um ἔστι. Pode-se dizer, por exemplo: “Σωκράτης λευκός ἔστιν” ou “Σωκράτης βαδίζων ἔστιν”. Pode-se, além disso, colocar o é em qualquer posição da frase, aproximando-o quer do termo Σωκράτης quer do termo λευκός quer do termo βαδίζων. O que não se pode é dizer que, dependendo do termo a que se conecta o ἔστι, este último terá sentidos diferentes. Mas se é assim, a análise de Aristóteles proposta no início de Γ e desenvolvida em Γ e em Z não é uma análise do ser, mas sim uma análise da estrutura de nossa compreensão ou de nosso dar algo a entender por meio de proposição e da relação que os elementos da mesma mantêm entre si, sendo esses elementos, portanto, definidos funcionalmente com relação ao todo da proposição.

Assim como em Δ7 a pergunta que guiou Aristóteles era sobre as várias maneiras de se compreender uma proposição no que diz respeito ao todo da relação entre seus elementos componentes, em Γ2 e Z1 a pergunta que o guia é sobre a função que cada um dos elementos que compõem a pro-

posição desempenha e sobre a relação que esses elementos mantêm entre si. A pergunta pela definição funcional coincide, na verdade, com a pergunta pela relação entre os elementos. E essa relação é o que Aristóteles chama de relação πρὸς ἔν.

Se minha análise é correta, resulta, além disso, não haver, ao contrário do que pensou Aristóteles, uma preeminência da οὐσία, daquilo de que se predicam as demais categorias, face ao que dela é predicado. Pois, com respeito à estrutura de nossa compreensão proposicional, tanto a οὐσία quanto os demais predicamentos só têm sentido se compreendidos funcionalmente com relação ao todo da estrutura proposicional, i.e., cada um dos dois só tem sentido como complementar do outro elemento. Se me é permitida uma brincadeira, diria que, ao tentar elucidar a relação πρὸς ἔν, o que acabei encontrando foi uma relação πρὸς ἄλλήλω.

#### IV

Gostaria, para concluir, de mencionar uma esperável crítica. Poder-se-ia dizer que há um uso comum em grego dos termos ὄν, ὄντα onde estes parecem se referir a coisas do mundo, sem nada ter a ver com proposições. Se assim é, Aristóteles estaria sendo conduzido em suas análises não pela estrutura proposicional, mas por esse uso dos participios do verbo ser referentes às próprias coisas do mundo. Os seguintes exemplos de uso do verbo ser poderiam, pelo menos à primeira vista, servir de fundamento a essa crítica. (1) Ἐδοξε τοίνυν μοι, ἢ δ' ὄς, μετὰ ταῦτα, ἐπειδὴ ἀπείρηκα τὰ ὄντα σκοπῶν, δεῖν εὐλαβηθῆναι μὴ πάθοιμι ὅπερ οἱ τὸν ἥλιον ἐκλείποντα θεωροῦντες καὶ σκοπούμενοι. (Parecia-me, disse ele [sc. Sócrates], ser preciso em seguida, quando desisti de investigar os entes, precaver-me para que não sofresse o que sofrem os que contemplam e investigam o sol em eclipse) (*Phaidon*, 99d4ss); (2) Ταῦτα δὴ λογιζόμενος ἄσμενος εὐρηκέναι ᾧ μὴν διδάσκαλον τῆς αἰτίας περὶ τῶν ὄντων κατὰ νοῦν ἔμαυτῶ, τὸν Ἀναξαγόραν (...) (Refletindo então sobre essas coisas, eu pensava, contente, ter encontrado alguém que, acerca dos entes, ensinasse a causa, de acordo com minha vontade ...) (*Phaidon*, 97d5ss); (3) ἢ ῥητορικὴ περὶ τί τῶν ὄντων τυγχάνει οὐσα; (sobre qual dos entes ocorre ser a retórica?) (*Górgias*, 449d1s); (4) na própria passagem das *Categorias* mencionada acima, onde Aristóteles classifica os quatro tipos de entes, a expressão τῶν ὄντων (1a20) parece se referir ao

que chamamos coisas. Desse modo, seria a partir desse uso pré-filosófico, analisando portanto que tipos de coisas são chamadas entes e fazendo uma classificação desses tipos de coisas, e não a partir da análise das funções dos elementos na proposição que Aristóteles teria traçado suas distinções. Dito de outro modo: Os vários sentidos de ser dependeriam dos vários tipos de uso do particípio ὄν. Dependendo da coisa a que o particípio se aplica, ele terá um ou outro sentido. Portanto, pelo menos nas análises desenvolvidas em Γ2 e Z1, o que serviria de guia seria a aplicação do particípio ὄν, sendo portanto o uso desse particípio o critério de distinção de sentidos. Isso equivale a dizer que o verbo εἶναι, ao contrário do que afirmei acima, seria imprescindível para as distinções traçadas, referidas por Aristóteles como distinções do ser.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma diferenciação entre as instâncias de uso acima mencionadas. O texto das *Categorias* não pode ser tomado como um exemplo de uso pré-filosófico do verbo. Trata-se já aí de uma distinção filosófica que, a meu ver, se baseia, como disse acima, no fato de as formas finitas do verbo ser, quando usadas como cópula, poderem, em geral, aparecer contíguas a quaisquer elementos. Ao perguntar sobre o sentido do verbo quando conectado a um ou outro elemento, o que se pergunta é, subrepticamente, qual a função desse elemento no contexto da proposição. O que obscurece isso é o fato de, por a forma finita do verbo aparecer contígua a um dos elementos, Aristóteles chamar esse elemento de ὄν.

Dando eu essa resposta, poder-se-ia alegar estar eu cometendo uma petição de princípio. Ora, argumentar-se-ia, o que está sendo dito é que Aristóteles não se guia pelo uso pré-filosófico do particípio ὄν e que as distinções por ele traçadas se baseiam na função que os termos têm para o todo da proposição. Mas é isso justamente que tem que ser provado. E, continuaria a objeção, esse uso aristotélico consiste no uso pré-filosófico. Para que eu possa, então, sustentar minha posição, é preciso que examine o uso pré-filosófico do particípio ὄν e que a partir daí mostre que o uso do mesmo nas *Categorias* se apresenta como uma construção filosófica, ainda que, conforme espero ter mostrado, a própria distinção traçada por Aristóteles não seja ela mesma uma construção filosófica, mas sim uma distinção da função dos termos no todo da proposição. Para tematizar o uso pré-filosófico do particípio ὄν retomo os exemplos acima extraídos do *Phaidon* e do *Górgias*.

Tomo agora o primeiro exemplo mencionado do *Phaidon*. Ele evidencia uma ocorrência do particípio ὄν em que este deve ser compreendido no

sentido do ser veritativo. "Investigar os entes" significa não outra coisa senão investigar o que é o caso. Esse uso do particípio com sentido veritativo pode ser visto ainda mais claramente tanto na expressão grega λέγειν τὰ ὄντα,<sup>35</sup> cujo sentido é dizer a verdade como em passagens em que o termo ὄντα aparece conectado ao termo ἀλήθεια, tendo ambos o mesmo sentido, como mostra, p. ex., o seguinte passo da *Politeia*: Πῆ γὰρ δὴ ἔξουσιν ἀμφισβητῆσαι; πότερον μὴ τοῦ ὄντος τε καὶ ἀληθείας ἐραστὰς εἶναι τοὺς φιλοσόφους; (Pois de que maneira <eles> poderão contestar? Será que <contestarão dizendo> os filósofos não serem amantes do ente e da verdade?) (501d1s).

A questão se torna mais difícil quando tomamos o exemplo extraído do *Górgias*. Nesse caso o termo ὄν parece designar, antes, as coisas. E esse é um uso comum no grego. Restrinjo-me a uma breve observação. Se é correta a tese de C. Kahn sobre a primazia da cópula a qual manifestaria a pretensão de verdade, deve-se também admitir que se trata no exemplo citado de um uso derivado do uso veritativo. Do uso de τὰ ὄντα com o sentido de "o que é o caso" passa-se a um uso em que τὰ ὄντα designa coisas do mundo. Um uso que parece ser transitório entre o uso propriamente veritativo e esse uso presente no *Górgias* se mostra no segundo exemplo mencionado do *Phaidon*. Aí se fala em investigar a causa dos entes. Ora, ente aqui significa tanto o que é o caso quanto, talvez, as coisas. Mas, se o uso veritativo é originário e se o uso veritativo já se conecta com a estrutura proposicional, então um uso de ente como é o uso do exemplo do *Górgias* já pressupõe uma compreensão da estrutura proposicional, já pressupondo portanto a distinção entre o que em Γ2 e Z1 apareceu como οὐσία, por um lado, e demais categorias, por outro. Mas, se é assim, não é essencial -e agora retomo a interpretação que acima avancei-, para a distinção presente nas passagens Γ2 e Z1, que se use o verbo ser, bastando apenas que se atente para as funções que desempenham os componentes da estrutura proposicional.

35 Cf. p. ex. Thucydides: φοβούμενος δὲ μὴ οἱ πεμπόμενοι ἢ κατὰ τὴν τοῦ λέγειν ἀδυνασίαν ἢ καὶ μνήμης ἔλλιπεις γιγνόμενοι ἢ τῷ ὄχλῳ πρὸς χάριν τι λέγοντες οὐ τὰ ὄντα ἀπαγγέλωσιν, ἔγραψεν ἐπιστολὴν (...) (Temendo que os enviados, ou devido à incapacidade de se exprimir ou também tornados negligentes quanto à memória ou falando algo para agradar a multidão, não anunciassem a verdade (οὐ τὰ ὄντα ἀπαγγέλωσιν), escreveu uma carta, ...) (VII, 8).

**Literatura secundária utilizada:**<sup>36</sup>

- Brunschwig, J.: "La Forme, Prédicat de la Matière?", in: *Études sur la Métaphysique d'Aristote*, org. p. P. Aubenque, Vrin, Paris, 1979;
- Kahn, Charles: "Questions and Categories — Aristotle's doctrine of categories in the light of modern research", in: *Questions*, org. p. H. Hiz, D. Reidel Publishing Company, Dordrecht, 1978;
- : "Retrospect on the Verb 'to be' and the Concept of Being", in: *The Logic of Being — Historical Studies*, org. p. Simo Knuuttila e Jaakko Hintikka, D. Reidel Publishing Company, Dordrecht, 1986;
- : *The Verb Be in Ancient Greek*, D. Reidel Publishing Company, Dordrecht, 1973;
- Kirwan, Christopher: *Aristotle's Metaphysics — Books Γ, Δ, E*, translated with notes by Christopher Kirwan, Clarendon Press, Oxford, 1971;
- Kühner, Raphael + Blass, Friedrich: *Ausführliche Grammatik der griechischen Sprache*, 4 vols., Verlag Hahnsche Buchhandlung, Hannover, 1890<sup>3</sup> e 1904<sup>3</sup>;
- Maier, Heinrich: *Die Syllogistik des Aristoteles*, 2 partes: 1ª parte: K. F. Koehler Verlag, Leipzig, 1936 (1896<sup>1</sup>), 2ª parte: Verlag der H. Laupp'schen Buchhandlung, 1900;
- Ross, W. D.: *Aristotle's Metaphysics, a revised text with introduction and commentary by W. D. Ross*, 2 vols., Clarendon Press, Oxford, 1981 (1924<sup>1</sup>);
- Stallbaum, Josef: *Dynamis und Energeia — Untersuchungen am Werk des Aristoteles zur Problemgeschichte von Möglichkeit und Wirklichkeit*, Verlag Anton Hain KG, Meisenheim am Glan, 1959;
- Thorp, J. W.: "Aristotle's Use of Categories — an easing of the oddness in *Metaphysics Δ7*", in: *Phronesis*, 19, 1974;
- Tugendhat, Ernst: "Über den Sinn der vierfachen Unterscheidung des Seins bei Aristoteles (*Metaphysik Δ7*)", in: *Spiegel und Gleichnis*, Festschrift für Jacob Tauber, org. p. N. W. Bolz e W. Hübener, Königshausen + Neumann, Würzburg, 1983;
- Wolf, Ursula: *Möglichkeit und Notwendigkeit bei Aristoteles und heute*, Wilhelm Fink Verlag, Munique, 1979.

36 A literatura primária é citada de acordo com as numerações convencionais e as traduções são minhas próprias.

# Departamento de Filosofia da PUC-Rio

## Cursos, Publicações e Eventos Programados

---

### Cursos

#### *Cursos Regulares*

Além de graduação, mestrado e doutorado, o Departamento de Filosofia da PUC-Rio oferece uma pós-graduação *lato sensu* em Filosofia Contemporânea. Com duração de dois anos, o curso é voltado para aqueles que se interessam em discutir filosoficamente temas do mundo contemporâneo. Inscrições para os programas de mestrado e doutorado no Departamento de Filosofia; para o programa de pós-graduação *lato sensu* na CCE (vide endereços abaixo).

### Publicações

- Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio – [o que nos faz pensar]. Números anteriores (à exceção do n. 1, que está esgotado) disponíveis na Secretaria do Departamento de Filosofia da PUC-Rio.

#### *A sair*

- Especial sobre Ceticismo. Org. Danilo Marcondes.
- Especial sobre Nietzsche. Org. Kátia Muricy.

### Outras Publicações

- *Mênon*, de Platão, edição bilíngüe grego/português com tradução e notas da prof.<sup>a</sup> Maura Iglésias. Primeiro volume da

coleção "Bibliotheca Antiqua", série "Grego". Publicação do Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga.

- *Cadernos de Tradução do Departamento de Filosofia da PUC-Rio*. Volume 1: *O Verbo Grego "Ser"*, Coletânea dos artigos do prof. Charles Kahn (Universidade da Pennsylvania) sobre o verbo *einai*. Coleção "Filosofia Antiga – Os Comentadores". Publicação do Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga.

### Grupos Integrados

#### *Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga*

Projeto de pesquisa na área de Filosofia Antiga, financiado pelo CNPq e coordenado pela prof.<sup>a</sup> Maura Iglésias, cujo objetivo é o estabelecimento de um centro de excelência na área. Desenvolve atualmente, além das pesquisas individuais de seus integrantes, as seguintes atividades: (a) formação de uma biblioteca especializada; (b) criação de um banco de dados bibliográficos; (c) formação de novos pesquisadores; (d) cursos de grego clássico e de latim; (e) tradução de textos primários antigos para publicação em edição bilíngüe; (f) traduções de autores secundários (comentadores e intérpretes modernos dos textos antigos).

#### *Núcleo de Estudos sobre o Ceticismo*

Coordenado pelo prof. Danilo Marcondes, conta com o apoio do CNPq sob a

---

forma de Projeto Integrado, tendo a participação de bolsistas de iniciação científica e de pós-graduação. O núcleo se dedica à análise e discussão de temas centrais da tradição cética antiga e moderna, bem como à leitura de textos clássicos do ceticismo, sobretudo a obra de Sexto Empírico, mantendo um seminário semanal.

### ***Núcleo Provas, Tipos e Categorias***

Projeto de Pesquisa Integrado – CNPq, coordenado pelo Prof. Edward Hermann Hauesler. O grupo reúne pesquisadores dos departamentos de Filosofia e Informática com o objetivo de investigar os conceitos lógicos de Prova, Tipo e Categoria. Além das atividades regulares de pesquisa (seminários, cursos, redação de textos, etc.), o grupo de pesquisa realiza anualmente um encontro de trabalho com a participação de pesquisadores de outras instituições.

### **Eventos**

• VI Colóquio Brasileiro sobre o Ceticismo  
Organização do Departamento de Filosofia da PUC-Rio e do IUPERJ. O evento reunirá professores e pesquisadores de diversas universidades brasileiras que vêm se dedican-

do ao estudo de ceticismo tanto em uma perspectiva histórica, examinando o ceticismo antigo, moderno e contemporâneo, quanto em uma perspectiva temática. Início: 04 de junho às 14:00h. Local: IUPERJ. Rua da Matriz, 82. Botafogo, Rio de Janeiro.

• Ciclo de Palestras. Sobre o Verbo Grego Ser  
O prof. Charles Kahn (Universidade da Pennsylvania) vai expor, em agosto desse ano, na PUC- Rio, através de uma série de palestras, suas teses sobre o verbo *einai*. Organização do Departamento de Filosofia e do Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Coordenação Central de Extensão (CCE)*

*Rua Marquês de São Vicente 225, casa XV  
Gávea – 22453-900, Rio de Janeiro, RJ.  
Tel. 529-9212; 529-9335; 2744148.  
Fax 259-1642.*

*e-mail: mam@rdc.puc-rio.br*

*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Filosofia*

*Rua Marquês de São Vicente 225, 1149L,  
Gávea – 22453-900, Rio de Janeiro, RJ.  
Tel.: 529-9310; 239-4085*

*Fax: 239-4085*

*e-mail: filof@fil.puc-rio.br*

## **Anúncio**

A Associação Nacional de Estudos Filosóficos do Século XVII e o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG anunciam a realização do colóquio "A Filosofia do Século XVII e a Tradição", em Belo Horizonte, nos dias 27 a 30 de outubro de 1997.

Professores e alunos que desenvolvem pesquisa sobre temas pertinentes ao colóquio estão convidados a submeter propostas de comunicação e mesa-redonda (máximo de quatro pessoas reunidas em torno de um mesmo tema) à apreciação do Conselho Científico da Associação. As propostas devem ser individuais, ter entre oito e doze páginas (espaço duplo) e devem ser enviadas até o dia 31 de julho ao prof. José R. Maia Neto – Departamento de Filosofia – FAFICH – UFMG – Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 – 31270-901, Belo Horizonte, MG.

Face às dificuldades de obtenção de financiamento, os pesquisadores interessados em apresentar comunicações no colóquio devem buscar os recursos necessários para o custeio da passagem em seus respectivos estados. A organização do colóquio arcará com as despesas relativas à estadia em Belo Horizonte dos participantes cujas propostas houverem sido aceitas.

Outra informações poderão ser obtidas pelo telefone (031) 499-5083 ou pelo e-mail [jрмаia@oraculo.Incc.ufmg.br](mailto:jрмаia@oraculo.Incc.ufmg.br) ou [jрмаia@brufing.bitnet](mailto:jрмаia@brufing.bitnet).



## Aos Colaboradores

- 1 As colaborações para esta revista devem ser enviadas em três cópias para o seguinte endereço:

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Departamento de Filosofia  
Rua Marquês de São Vicente 225, 1149L.  
Gávea  
22453-900, Rio de Janeiro, RJ.

- 2 Os artigos escritos em qualquer versão do *WinWord* poderão ser mandados em disquete (3.5"). Os demais devem ser datilografados ou impressos em espaço duplo, sem uso do verso do papel e, em princípio, devem constar de, no máximo, 30 laudas (30 linhas com setenta batidas por linha). A editoria se reserva o direito de, *excepcionalmente*, aceitar trabalhos que excedam esse limite.
- 3 Não há obrigatoriedade de que o artigo não tenha ainda sido publicado. Em caso de prévia publicação da colaboração que nos for enviada, solicitamos que seja citado o nome e data da publicação onde originalmente apareceu, e que haja a devida aceitação de seus editores.
- 4 Artigos em espanhol, francês e inglês serão aceitos.
- 5 Os autores serão informados sobre a aceitação de seus artigos (favor enviar endereço para contato). Essa aceitação, entretanto, não implica necessariamente na publicação no número seguinte ou em algum número determinado da revista. Sendo estritamente acadêmica, a revista [o que nos faz pensar] não tem como critério de publicação a ordem cronológica em que recebe ou aprova artigos.



Vol. 1

Platão - O Teatro das Idéias  
Transcrição de Palestra proferida  
na PUC-Rio em 1991  
José Américo Motta Pessanha

Linearidade e Circularidade  
na Dialética Platônica: O Método  
Hipotético no *Fédon* e na *República*  
Antonio Frederico Saturnino Braga

Aspectos da Transposição Platônica  
James Arêas

A Realidade do Mundo Físico  
na Filosofia de Platão  
Irley F. Franco

*Filebo* [36c-41a]: 1ª Espécie de Prazer Falso  
Analogia ou Dependência  
em Relação à Opinião  
M.D. Castan

Os Sentidos de Ser, a Relação  $\pi\rho\acute{o}s\ \epsilon\upsilon\varsigma$   
e a Estrutura Semântica de Proposições  
Fernando Rodrigues

Vol. 2

A Relação entre o Não Ser como Negativo  
e o Não Ser como Falso no *Sofista* de Platão  
Maura Iglesias

Sobre a Noção de  $\acute{\alpha}\lambda\eta\theta\epsilon\iota\alpha$  em Platão  
(a tradução heideggeriana)  
Paulo Pinheiro

Plato, Zeno, Parmênides, and Frege  
Oswaldo Chateaubrand

Ações e Eventos em Aristóteles  
Carlo Natali

Ciência e Metafísica nos Livros  
A e B da *Metafísica* de Aristóteles  
Marcelo de Araujo  
O Postulado de Parmênides  
enquanto Contraditório da *Física*  
e Ponto de Partida da *Metafísica* de Aristóteles  
Miguel Spinelli

